Onguismo como Nova Geopolítica do Imperialismo para a Biodiversidade: um Estudo sobre a Amazônia Brasileira

Nazira Correia Camely¹

Resumo

A política ambientalista, formulada pelos países imperialistas, foi implantada nos países dominados e ricos em biodiversidade, resultando num grande aumento das áreas de conservação ambiental, especialmente na Amazônia Brasileira. As grandes ONGs ambientalistas são os principais agentes deste processo, atendendo aos interesses estratégicos do imperialismo para a indústria da biotecnologia. Isso resultou numa reconfiguração do espaço agrário na Amazônia acarretando sérias consequências sobre a vida das populações que aí habitam: expulsão de suas terras e ameaças ao seu modo de reprodução devido às restrições ambientais impostas.

Palavras-chave: Amazônia; Imperialismo; ONGs; Geopolítica.

Resumen

La política ambiental planteada por los países imperialistas fué aplicada en los países dominados y ricos en biodiversidad, teniendo como resultado un gran aumento de las áreas de conservación ambiental, especialmente en la Amazonía brasileña. Las grandes ONG ambientalistas són los principales agentes de ese proceso, cumpliendo los intereses estratégicos del imperialismo en atendimento a los intereses de la indústria de biotecnología. Tales acciones han resultado en una reconfiguración del espacio agrário en Amazonía generando graves consecuencias sobre la vida de las poblaciones que ahí vivem: expulsión de sus tierras y amenazas a su modo de reproducción debido a las restricciones ambientales impuestas.

Palabras-clave: Amazonia; Imperialismo; ONGs; Geopolítica.

Introdução

A estratégia² do imperialismo para um novo padrão de obtenção de recursos naturais pela indústria da biotecnologia tem, nas ONGs ambientalistas, os seus principais agentes. Esta estratégia, desenvolvida principalmente pelo imperialismo estadunidense, visa a obtenção de recursos naturais para a indústria farmacêutica, química e de cosmética, que tem como base, atualmente, a biotecnologia. Também interessa a essas indústrias manter, sob o sistema de grande propriedade, reservas naturais para a expansão dos interesses do capital de forma mais ampla.

Essa estratégia foi efetivada a partir de meados da década de 1990, especificamente para os países da área de floresta tropical, tendo como um de seus principais focos a Amazônia brasileira, por sua reconhecida riqueza em recursos naturais. A principal organização governamental que elaborou essa política, chamada de “desenvolvimento sustentável”, foi a USAID (*United States*

1 Professora do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Acre (CCJSA/UFAC). naziracorreia@gmail.com

2 Tomamos aqui o conceito de estratégia conforme definido por Raffestin: “a estratégia descreve a combinação de uma série de elementos a serem convocados para chegar a um objetivo. (...)A estratégia é o resultado de um plano, de um projeto ou um programa que contém determinados fins específicos. A estratégia supõe o recurso a uma série de meios. Os meios, ou mediatos, são convocados para atingir um fim, isto é, para adquirir ou controlar mecanismos”. (RAFFESTIN, 1993, p. 42).

Agency for International Development), sendo esta a principal estrategista e financiadora dos projetos das ONGs ambientalistas em várias partes do mundo.

A política de ‘desenvolvimento sustentável’ começou a ser desenvolvida por ocasião de grandes conferências internacionais de meio ambiente, a partir da Conferência de Estocolmo de 1972, e da Eco-92 no Rio de Janeiro, também denominada como Fórum das ONGs. Foi a partir dessas conferências que se estabeleceu uma política ambiental internacional, formulada no exterior e implantada internamente por organismos públicos formados exatamente para implantar as áreas de proteção ambiental que essa política imperialista definiu. No Brasil, o principal órgão do aparato governamental foi o Ministério do Meio Ambiente (criado em 1985, inicialmente com outra denominação) e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (criado em 2000).

Para a Amazônia, essa política teve como resultado uma reconfiguração do espaço agrário daquele território, que tem como principal efeito o agravamento do problema agrário com a expulsão de milhares de famílias camponesas de áreas que foram transformadas em unidades de conservação ambiental. Para os interesses econômicos do imperialismo, essa política atende duplamente a seus objetivos: 1) garante a proteção dos recursos naturais para obtenção de matéria-prima necessária a sua indústria de base biotecnológica; e 2) garante imensas áreas de reserva para uso conforme seu interesse futuro.

Nosso artigo pretende discutir como essa estratégia do imperialismo estadunidense foi desenvolvida pelas ONGs ambientalistas, sendo estas seus agentes táticos, mas também estratégicos; e algumas de suas consequências, como o agravamento do problema agrário na Amazônia. Para tanto, nos baseamos em três categorias teóricas que nos permitem analisar o problema em questão, quais sejam: o imperialismo, o capitalismo burocrático e o *onguismo*.

Trabalhamos com o conceito de imperialismo conforme desenvolvido por Lênin em 1916. Sua teoria demonstrou que o capitalismo avançou para uma fase superior de seu desenvolvimento, a fase de domínio do capital financeiro, com o fim da livre-concorrência e predomínio dos monopólios, cartéis e trustes, e a dominação do mundo pelos países imperialistas (países dominantes) que partilham entre si os países dominados na forma de colônias ou semicolônias. Portanto, para Lênin a definição de imperialismo abrange as seguintes características fundamentais: 1) concentração da produção e do capital atingindo um grau de desenvolvimento tão elevado que origina os monopólios, cujo papel passa a ser decisivo na vida econômica; 2) surgimento do capital financeiro, resultado da fusão do capital bancário e do capital industrial; 3) a exportação de mercadorias perde importância para a exportação de capitais, acompanhada da formação de uniões internacionais monopolistas de capitalistas que partilham o mundo entre si; e 4) partilha territorial do mundo entre as maiores potências capitalistas (LÊNIN, 2000 [1916], p. 67-68).

O conceito de capitalismo burocrático, desenvolvido por Mariátegui e Mao Tse Tung, é o

tipo de capitalismo engendrado nos países dominados e que não resolveram o problema do acesso à terra. A questão agrária, nos países dominados, pode ser formulada como de distribuição da propriedade da terra, ou seja, da contradição entre latifúndio e campesinato sem-terra ou com pouca terra. Por ser o problema agrário o principal impedimento ao desenvolvimento das forças produtivas dos países dominados, Martín (2007) desenvolve uma geografia da questão agrária no mundo hoje. Para tanto, parte dos pressupostos marxistas da questão agrária, do conceito de capitalismo burocrático, desenvolvido inicialmente por Mao TseTung, e reafirma o conceito como definido por Guzmán:

Sobre uma base semi-feudal e sob um domínio imperialista, desenvolve-se um capitalismo, um capitalismo tardio, um capitalismo que nasce atado à semi-feudalidade e submetido ao domínio imperialista (...). O capitalismo burocrático desenvolve-se ligado aos grandes capitais monopolistas que controlam a economia do país, capitais formados, (...) pelos grandes capitais dos grandes latifundiários, dos burgueses compradores e dos grandes banqueiros; assim se vai gerando o capitalismo burocrático atado, (...) à feudalidade, submetido ao imperialismo e ao monopólio (...). Este capitalismo chega a certo momento de sua evolução, combina-se com o poder do Estado e usa os meios econômicos do Estado, utiliza-o como alavanca econômica e este processo gera outra fração da grande burguesia, a burguesia burocrática; desta maneira dar-se-á um desenvolvimento do capitalismo burocrático que já era monopolista e torna-se estatal (GUZMÁN *apud* MARTÍN MARTÍN, 2007, p.14-15).

Para o entendimento da atuação das ONGs ambientalistas nos baseamos no conceito de *onguismo*, desenvolvido por Piqueras:

Como expressão da sociedade civil (fundamentalmente encarnada pelas classes médias) e como prolongamento do braço social do Estado mínimo (ou forma que o Estado adquire na atualidade) vem à luz um *onguismo* triunfante. Sua forma de intervenção ou de atuação social, em conjunto, não persegue transformações estruturais senão medidas paliativas e maquiadoras da ordem social imperante, mas sem levar sequer ao reformismo, dado que suas intervenções são pontuais e destituídas de qualquer projeto integrador sócio-político, gerando ou assegurando clientelas dependentes ao contribuir com a descapacitação, submissão ou dissolução dos movimentos populares ou formas de intervenção autóctones. O *onguismo* colabora, assim mesmo, na auto-exploração das populações (através do reforço e divulgação de formas de ‘auto-ajuda’, ‘voluntariado’ e ‘economia social’ muito promovidas desde o âmbito de poder econômico político). Contribuindo, em suma, para a substituição das políticas sociais e direitos duramente conseguidos por assistencialismos de um ou outro tipo, e coadjuvando em geral, a aceitação da inevitabilidade da ordem dada (PIQUERAS, 2000, p.17).

Entendemos o fenômeno das ONGs em termos do *onguismo* aqui conceituado. Desta forma, não se pretende neste trabalho a diferenciação e identificação de ONGs como boas ou más; mas tão-somente realizar um estudo das relações sociais que permeiam as ONGs e que nos permita compreender a ação dessas organizações e sua funcionalidade as estratégias vindas dos países dominados como “novos agentes do imperialismo”.

A estratégia do imperialismo para a biodiversidade: as ONGs como novos agentes

As políticas ambientais para os países dominados foram formuladas por organismos do imperialismo, como as organizações e programas da ONU e da USAID. A implementação dessas políticas na Amazônia brasileira foi viabilizada pelas políticas públicas de organismos do próprio governo brasileiro, que tiveram e têm como principais atores, tanto na elaboração quanto na execução destas, as ONGs. Esse quadro parece ter sido estrategicamente elaborado como parte da geopolítica ambiental visando à proteção da biodiversidade que organismos como a USAID elaboram para o setor, elegendo as grandes ONGs como seus principais executores. Assim, formase um ambientalismo *ongueiro* que tem sua principal expressão em três grandes ONGs, WWF, CI e TNC³, que Diegues (2008) denominará como “as multinacionais da conservação”.

Em setembro de 1994 ocorreu um seminário em Miami organizado por esse consórcio formado por WWF, TNC e CI, que eram as responsáveis pelo programa da USAID *Biodiversity Support Program*, e do qual também faziam parte as ONGs WCS e WRI⁴. Diegues (2008) relata no prefácio de seu livro sobre a ecologia política das grandes ONGs o que ocorreu nesta reunião. O professor Antonio Carlos Diegues e mais 72 pesquisadores, a grande maioria da área de ciências naturais, foram convidados a participar do seminário com o objetivo de discutir o documento da USAID para a conservação da biodiversidade. Segundo Diegues (2008, p. 9), o documento estabelecia áreas prioritárias para a conservação, baseado em quatro critérios: 1) avaliação do valor biológico da área; 2) de suas condições de conservação; 3) de políticas institucionais e; 4) da utilidade da biodiversidade⁵. O resultado do seminário já estava previamente determinado pelos documentos preparados pelo consórcio das ONGs citadas. Assim, o evento fazia parte da estratégia conservacionista elaborada pela USAID, exposta nos seguintes documentos: 1) *Biodiversity Support Program*⁶, 2) *Biodiversity Conservation: a guide for USAID staff and partners*⁷ e, 3) *USAID's Global Conservation Program Working Together to Protect the World's Biological Wealth for Future Generations*⁸.

Para Diegues (2008), as ações das grandes ONGs ambientalistas indicam que:

- As grandes ONGs transnacionais têm grande influência sobre políticas ambientais de instituições governamentais, mesmo em países como o Brasil que tem estruturas conservacionistas sólidas. Essa influência se verifica por meio de sua grande capacidade de arrecadação internacional de recursos financeiros para a conservação, dos quais os governos são desprovidos (provenientes de instituições multilaterais – Banco Mundial – e de corporações multinacionais); de grandes e dispendiosas

3 WWF (Fundo Mundial para a Conservação da Natureza), TNC (The Nature Conservancy) e CI (Conservação Internacional).

4 WCS (World Conservation Strategy) e WRI (World Resources Institute).

5 Esses critérios estão baseados no Programa de Conservação Global da USAID.

6 Disponível em <http://www.worldwildlife.org/bsp/programs/latin/>

7 Disponível em http://www.usaid.gov/our_work/environment/biodiversity/usaid_pubs.html

8 Disponível em http://www.usaid.gov/our_work/environment/biodiversity/pubs/gcp_brochure.pdf

campanhas de mídia; de suas conexões internas com órgão de governo, fornecendo treinamento para funcionários públicos em temas como manejo de áreas protegidas, nos quais são veiculados conceitos e métodos desenvolvidos pelas grandes ONGs conservacionistas; influenciando a determinação de áreas críticas de conservação por meio da organização de seminários para os quais são convidados representantes do governo;

- Os modelos de conservação propostos pelas grandes ONGs tendem a excluir a participação dos povos indígenas e demais populações tradicionais na definição e no manejo das áreas protegidas, aportando não somente recursos financeiros, mas também “modelos de ciências e práticas conservacionistas” pouco adaptados às situações ecológicas e culturais nacionais e locais;

- As grandes ONGs transnacionais de conservação influenciam não somente as instituições governamentais, mas também as ONGs locais, às quais transferem alguns recursos financeiros desde que estas trabalhem de acordo com os modelos apresentados pelas primeiras (DIEGUES, 2008. p. 13-14).

A abordagem de Diegues (2008) nos permite compreender o campo de atuação destas grandes ONGs internacionais, as quais agem localmente em diversas regiões do mundo, servindo aos grandes objetivos da política traçada pelos organismos internacionais que as elegeram como executoras de suas estratégias para a biodiversidade.

Outra estratégia perversa, desenvolvida pelo governo dos Estados Unidos via USAID e por grandes ONGs de conservação ambiental, tem sido a troca de títulos de uma dívida externa ilegítima por áreas de proteção ambiental nos países endividados e ricos em biodiversidade. O mecanismo de troca de dívida está contemplado na Lei de Conservação de Florestas Tropicais - *The Tropical Forest Conservacion Act* (TFCA), criada pelo governo norte-americano em 1998. Segundo seu programa oficial, esta seria:

(...) uma oportunidade para os países em desenvolvimento de reduzir sua dívida externa com os EUA, ao mesmo tempo em que geram recursos para financiamento de atividades que proporcionem a conservação de importantes áreas de florestas tropicais⁹.

Elosegui (2007) elucida que estes mecanismos foram criados no final da década de 1980, e que os Estados Unidos firmaram este tipo de convênio com Bangladesh, Belize, El Salvador, Filipinas, Peru, Colômbia e Paraguai. O autor cita o caso colombiano¹⁰ de adesão a Lei de Conservação de Florestas Tropicais, quando o governo de Álvaro Uribe assina o acordo em abril de 2004. Nesse contrato, Estados Unidos e Colômbia trocaram títulos de dívida externa colombiana por natureza no valor de US\$ 10 milhões, tendo o governo colombiano que se comprometer a proteger áreas de floresta tropical. Para tanto, os EUA cederam US\$ 7 milhões à Colômbia, de acordo com as normas da TFCA. As ONGs TNC, CI e WWF contribuíram com US\$ 1,4 milhão de dólares.

Choudry (2007, p. 7) cita a ação da ONG CI na Bolívia, também no mecanismo de troca de

⁹ Disponível em http://www.usaid.gov/our_work/environment/forestry/tfca.html Acesso em 05/01/2007.

¹⁰ O documento está na página da embaixada do EUA na Colômbia. Disponível em <http://bogota.usembassy.gov/wwwspc59.shtml>, Acesso em 05/01/ 2007.

dívida externa por reservas naturais. Em 1987, essa ONG comprou uma pequena parte da dívida boliviana em troca do apoio daquele governo para a expansão da Reserva Biológica Beni, que contém uma das maiores reservas mundiais de mogno e cedro tropicais.

A pressão que os países imperialistas exercem sobre os países dominados, detentores de rica biodiversidade, deve-se ao fato de que são estes países possuidores dos recursos naturais-chave para o atual padrão da indústria baseada na biotecnologia. Segundo Albagli (1998, p. 64), os países possuidores de maior biodiversidade são: Brasil, Colômbia, Indonésia, México, Peru, Madagascar e Austrália. Os países imperialistas, sendo o principal os EUA, destinam uma grande quantidade de recursos¹¹ para os países ricos em biodiversidade. O Brasil recebeu 31% desses recursos, e o México 15%, sendo o restante distribuído entre os demais países da América Latina, especialmente Venezuela (7,76%), Honduras (5%), Guatemala (4,39%), Bolívia (4,39%), Colômbia (4,29%) e Costa Rica (3,93 %) (CASTRO e LOCKER, 2000, p. 28).

Um dado claro sobre como os países imperialistas exercem monopólios sobre a biodiversidade é referente ao controle sobre as coleções mantidas *ex situ*. Albagli (1998) cita que mais de 90% das amostras de germoplasmas armazenadas no mundo provém dos países dominados, mas apenas 15% deste material estão sobre controle de seus governos, sendo que 55% do germoplasma coletado no mundo estão armazenados nos países imperialistas, com os Estados Unidos detendo 22% desse material. Mais de 95% da produção global das 20 maiores safras alimentícias são baseadas em material genético dos países ricos em biodiversidade, leia-se, dos países dominados (ALBAGLI, 1998, p. 79).

As políticas preservacionistas do imperialismo norte-americano estão voltadas para a utilização futura de recursos naturais e a descoberta de plantas que sirvam à indústria milionária dos remédios. A USAID trabalha com cifras, que denominam de “valores dos serviços do ecossistema da biodiversidade”, de um potencial do mercado estimado em US\$ 33,3 trilhões (Ver Tabela 1).

11 As principais organizações do imperialismo que financiam projetos para a proteção da biodiversidade são: Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Agência de Cooperação Alemã – GTZ, USAID, Fundo para o Meio Ambiente Global - GEF, Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional, Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Grupo dos Sete – PPG 7, Banco de Cooperação do Governo Alemão – KfW, Fundo Mundial para a Vida Selvagem – WWF (CASTRO e LOCKER, 2000, p. 18).

TABELA 1 - Valores estimados para serviços do ecossistema

Serviços do Ecossistema	US\$ trilhões
Formação do Solo	17,1
Recreação	3,0
Ciclo de nutrientes	2,3
Oferta e regulação de água	2,3
Regulação do clima	1,8
Habitat	1,4
Proteção contra tempestades e inundações	1,1
Produção de alimentos e matérias-primas	0,8
Recursos Genéticos	0,8
Equilíbrio do gás atmosférico	0,7
Polinização	0,4
Outros serviços	1,6
Valores totais dos serviços do ecossistema	33,3

Fonte: USAID, *Biodiversity conservation a guide for Usaid staff and partners* (2005, p.13).

Outro exemplo da execução dos interesses internacionais no mercado da biodiversidade é a Costa Rica. Em 1991, o Instituto Nacional de Biodiversidade (InBIO), fundação privada sem fins lucrativos da Costa Rica, fechou com a empresa farmacêutica Merck, a maior dos EUA, um acordo para exploração da biodiversidade das florestas costarriquenses, com apoio de universidades, agências governamentais e não-governamentais dos Estados Unidos e da Europa. A empresa norte-americana co-financia, com US\$ 1,3 milhão, a realização do Inventário Nacional da Fauna e Flora, um projeto de execução em 10 anos estimado em US\$ 56 milhões, em troca da cessão do germoplasma de 10.000 espécies, cabendo à Costa Rica uma percentagem nos direitos da comercialização dos produtos eventualmente fabricados a partir deles (ARNT, 1994, p.14).

Por essas razões, podemos explicar as preocupações manifestadas com as populações nativas e outras que conhecem os recursos da floresta amazônica. A maior parte dos críticos da chamada biopirataria não enxerga outra saída a não ser a negociação proposta nas leis, contratos e outros caminhos mercantis em que essas populações seriam pagas por conhecerem os recursos. Outros mecanismos de mercado são propostos para diminuir o desmatamento, como a certificação florestal (as madeiras provenientes da Amazônia teriam um selo verde de identificação de sua origem e forma de extração), e fixação de preços mais elevados para certos produtos passíveis de beneficiar as populações que extraem os recursos naturais.

Todas essas medidas supõem um mercado de concorrência perfeita, sem a interferência de monopólios. Para ilustrar essa estratégia principalmente do imperialismo estadunidense na Amazônia, recorreremos a Lênin:

Para o capital financeiro não são apenas as fontes de matérias-primas já descobertas

que têm importância, mas também as possíveis, pois a técnica avança, nos nossos dias, com uma rapidez incrível, e as terras hoje não aproveitáveis podem tornar-se amanhã terras úteis, se forem descobertos novos métodos (para cujo efeito um banco importante pode enviar uma expedição especial de engenheiros, agrônomos, etc.), se forem investidos grandes capitais. O mesmo acontece com a exploração de riquezas minerais, com os novos métodos de elaboração e utilização de tais ou tais matérias primas, etc. etc. Daí a tendência inevitável do capital financeiro para ampliar seu território econômico e até o seu território em geral. (...) manifesta a tendência geral para se apoderar das maiores extensões possíveis de território, seja ele qual for, encontre-se onde se encontrar, por qualquer meio, pensando nas fontes possíveis de matérias-primas e temendo ficar para trás na luta furiosa para alcançar as últimas parcelas do mundo ainda não repartidas ou por conseguir uma nova partilha das já repartidas (LÊNIN, 2000, [1916], p. 64).

A USAID explicita no documento *Biodiversity Conservation: a guide for USAID staff and partners*, que seu apoio à conservação da biodiversidade caminha na direção da ajuda externa do governo norte-americano, visando:

- *Promover o desenvolvimento transformador.* A gestão sustentável e conservacionista da biodiversidade pode reforçar a governança participativa e aumentar o crescimento econômico e a qualidade de vida, conservando os recursos e os ecossistemas dos quais as pessoas dependem para seu bem estar, contribuindo, portanto, para o objetivo da USAID de promover o desenvolvimento transformador.
- *Reforçar os Estados frágeis.* A conservação transparente e equitativa e a gestão da biodiversidade através da construção de instituições e capacidades podem melhorar o sistema de governança, reduzir os conflitos sobre os recursos, contribuir para a estabilidade social e política e voltar-se para as causas originárias de muitas necessidades humanas básicas, fortalecendo os Estados frágeis.
- *Apoiar os interesses geoestratégicos dos Estados Unidos.* A gestão equitativa e sustentável, a governança e a conservação da biodiversidade podem contribuir para aumentar a estabilidade e a prosperidade em áreas do mundo nas quais o governo dos Estados Unidos identificou prioridades geoestratégicas.
- *Criar alívio humanitário.* Conservar os ecossistemas e a biodiversidade intactos pode ter um papel importante em minimizar e mitigar os impactos dos desastres naturais (inundações, deslizamentos e secas) e conflitos violentos e aqueles resultantes de emergências humanitárias. Além disso, tomar medidas apropriadas durante a provisão de alívio humanitário pode diminuir os impactos destas atividades nos ecossistemas locais e criar bases para um desenvolvimento de longo prazo.
- *Diminuir as questões transnacionais e globais.* Além de contribuir para outros objetivos de desenvolvimento, conservar a biodiversidade é um alvo da assistência externa dos Estados Unidos como direito próprio. A biodiversidade é um recurso global crítico para as gerações futuras e atuais e a USAID tem um mandato para conservar este recurso (USAID, 2005, p. 4, tradução e destacado do autor)¹².

Da citação de Lênin deparamos com aspectos da política ambientalista estadunidense, ligados à sua política de promoção do “desenvolvimento e democracia no mundo”, mesmo que para isto tenha patrocinado e formulado 57 golpes de Estado na América Latina, conforme mostra o documentário de John Pilger¹³. Em 2001, os EUA invadiram o Afeganistão¹⁴, e em 2003, o Iraque, que já ocasionou a morte de mais de um milhão de iraquianos, promovendo massacres e “banhos de

¹² Disponível em http://www.usaid.gov/our_work/environment/biodiversity/usaid_pubs.html

¹³ O documentário de John Pilger *The War on Democracy* está disponível em: <http://www.revistapueblos.org/spip.php?article1483>.

¹⁴ Sobre a geopolítica do imperialismo na região, ver <http://www.nodo50.org/ceprid/spip.php?article741>

sangue” sob a desculpa de combater o terrorismo¹⁵.

Para a política ambientalista e de conservação da biodiversidade, a USAID e o Banco Mundial têm se destacado como os principais formuladores, implementadores e financiadores de programas e projetos no campo ambiental. Para a execução dessas políticas, foram eleitas as grandes ONGs de conservação (Diegues, 2008), que atuarão com *status* de Estado na execução do que denominam de governança, gestão sustentável e gestão da sustentabilidade em vários países do mundo. As grandes ONGs internacionais não atuam sozinhas na execução desses programas, contando com as parcerias, na realidade submissão velada, de governos e ONGs locais.

A reconfiguração do espaço agrário na Amazônia como consequência da atuação do ambientalismo ongueiro.

As políticas ambientais na Amazônia somente se efetivam localmente porque têm nas ONGs seus agentes e formuladores, no que se configura em um *ambientalismo ongueiro*, conforme Camely (2009). Este processo acarreta sérias consequências para os que vivem e produzem nesses espaços transformados em áreas protegidas, e refletem em todo o país na forma de agravamento do problema fundiário. Para ilustrar as ações e o poder de influência das ONGs na Amazônia, exemplificamos com o caso de uma importante ONG sediada no Pará, o Instituto do Homem e Meio Ambiente na Amazônia - IMAZON¹⁶, que lista em seu relatório de 2005-2006 suas contribuições mais importantes em 16 anos de atividade:

- a) Estudos aplicados sobre manejo e ecologia florestal iniciados em 1990 serviram de base para a definição do sistema de manejo florestal na Amazônia, cuja área total em 2005 superava 3 milhões de hectares.
- b) Extensa produção científica sobre recursos naturais na Amazônia com mais de 260 publicações até 2006.
- c) Estudo pioneiro publicado em 2000, realizado em parceria com o Banco Mundial, que oferece as bases para orientar políticas públicas de desenvolvimento sustentável na região. Esse estudo revela que a dinâmica do uso da terra na Amazônia segue o padrão “boom-colapso” na ausência de intervenção pública e de uma economia florestal sustentável.
- d) Pesquisa sobre ecologia e socioeconomia do mogno iniciada em 1991 – a espécie madeireira de maior valor comercial no mundo – foi essencial para sua inclusão na lista de espécies ameaçadas da Cites em 2002.
- e) Publicação da série O Estado da Amazônia, desde 2004, que trata concisamente de temas estratégicos para conservação e desenvolvimento sustentável e é destinada a tomadores de decisão e lideranças com atuação na Amazônia.
- f) Pioneirismo no desenvolvimento de um sistema de monitoramento com imagens

15 O documentário *El poder de las pesadillas*, realizado por Adam Curtis, pela BBC, trata sobre como os conservadores norte-americanos fabricaram a ideologia de combate ao terrorismo. Disponível em: <<http://www.kuomodo.info/2006/11/el-poder-de-las-pesadillas.html>>.

16 As doações recebidas anualmente pelo IMAZON de organizações imperialistas alcançaram os seguintes montantes: R\$ 2.365.781,40 (2003), R\$ 5.325.194,19 (2004), R\$ 5.798.367,10 (2005), R\$ 4.733.683,00 (2006), R\$ 1.994.145,00 (2007), segundo dados elaborados por Camely (2009, p. 141). Os valores do financiamento a atividades ambientais de três grandes ONGs ambientalistas, WWF, CI e TNC, para a Amazônia brasileira, em 2002, alcançou o valor de US\$ 5,0 milhões (ANDERSON e BRAY, 2005, p. 60).

de satélite para detecção da exploração madeireira e estradas não-oficiais na Amazônia a partir de 2004.

g) Estudos sobre política e economia florestal contribuíram de forma decisiva para a elaboração da nova Lei de Gestão de Florestas Públicas do Brasil em vigor desde março de 2006.

h) Estudo sobre pressão humana na Amazônia em 2006 revelou a dimensão mais detalhada da ocupação da região e tem sido utilizado para orientar os esforços de combate ao desmatamento e a criação de Áreas Protegidas na região.

i) Desenvolvimento do SAD (Sistema de Alerta de desmatamento) em 2006, uma iniciativa pioneira para monitorar mensalmente com imagens de satélite o desmatamento na Amazônia.

j) Apoio técnico para a criação de aproximadamente 17 milhões de hectares de Flonas e Flotas na Amazônia entre 2000 e 2006.

l) **Apoio técnico para a criação de 5,4 milhões de hectares de Unidades de Conservação de Proteção Integral** na calha Norte do Pará em 2006 (IMAZON, 2007, p. 7-8, destacado pelo autor).

A reprodução da lista de atividades do IMAZON nos apresenta aspectos da gerência que esta ONG exerce sobre a definição de criação de áreas de unidades de conservação e a gestão destas; o manejo de áreas; o monitoramento de dados com imagens de satélite e especialmente a criação das unidades de conservação.

A situação atual das áreas protegidas nos nove países do espaço amazônico¹⁷ é apresentada na Tabela 2.

Tabela 2: Áreas protegidas e terras indígenas na Amazônia (km²)

Países	Uso indireto ¹⁸	Uso direto ¹⁹	Uso transitório ²⁰	Total	Participação das áreas protegidas na Amazônia de cada país
Bolívia	54.444	46.448	605	101.497	24
Brasil	435.950	564.260	---	492.406	20
Colômbia	66.816	----	306.335	373.151	77,2
Equador	29.843	---	---	29.843	26,0
Guiana Francesa	26.210	35.584	---	61.794	71,4
Guiana	5.914	---	---	5.914	2,8
Peru	77.535	45.565	32.143	155.243	19,8
Suriname	19.683	5.655	---	25.338	15,5
Venezuela	171.145	---	---	171.145	37,7

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAISG (2009)²¹.

17 A distribuição da população nos diversos países da Amazônia é um dos indicadores das grandes diferenças sociais desses países. No Brasil, embora a Amazônia ocupe 58,8% do território nacional, é habitada por apenas 13,3% da população brasileira. Percentual semelhante possui a Bolívia, com 14,9% de sua população na área da Amazônia, que corresponde a 43,3% da área deste país. O Peru, com 60,9% de sua área na região amazônica, sendo que sua população amazônica é de 13%. A Venezuela tem praticamente a metade de sua área na Amazônia (49,5%), com apenas 8,2% de sua população. A Colômbia e o Equador possuem indicadores bem semelhantes, de 4% e 5% de suas populações, respectivamente, habitando a região amazônica, sendo que para o primeiro a área da Amazônia é de 42%, e o segundo, de 46,9%.

18 Uso indireto: proteção da biodiversidade, paisagem geológica e cênica (caráter estético) compatibilizada com turismo, educação e pesquisa.

19 Uso direto: proteção de recursos compatibilizando com uso controlado Segundo planos de utilização.

20 Uso transitório: áreas de floresta reservada que pode ou não se converter em áreas protegidas ou concessões, de acordo com estudos.

21 RAISG – *Red Amazônica de Información SocioAmbiental Georreferenciada*. Disponível em www.raisg.sociambiental.org

Para os estados da Amazônia brasileira, a política ambiental imperialista resultou em uma nova reconfiguração do espaço agrário da região, onde 38,18% da área da Amazônia Legal encontram-se sob a categoria de unidade de conservação ambiental, conforme a seguinte distribuição: Tocantins (12,62%), Maranhão (12,56%), Mato Grosso (18,03%), Pará (48,01%), Rondônia (44,50%), Amazonas (44,03%), Acre (45,81%), Roraima (52,55%) e Amapá (72,06%)²².

No estado do Acre foram criadas várias ONGs que possuem relações com as principais organizações ambientais do imperialismo, conforme Camely (2003). A partir de 1999, com a chegada ao governo do Acre da Frente Popular, liderada pelo Partido dos Trabalhadores, fortaleceu-se o processo de *onguização* do estado e dos movimentos sociais da região, conforme denomina Piqueras (2000, 2001). Esse processo teve forte impacto na vida dos camponeses acreanos que vivem em áreas de preservação ambiental, pois a criação da Resex Chico Mendes, apontada como novo modelo de reforma agrária para a Amazônia, criou a ilusão de que o problema da terra no Acre estava resolvido. Esse fato foi acompanhado da desmobilização das organizações dos trabalhadores rurais, produto de um processo de perseguição e ameaça aos camponeses de serem retirados da terra onde vivem, movido por órgãos da política ambiental como IBAMA e, posteriormente, o ICMBIO (Instituto Chico Mendes da Biodiversidade).

A Reserva Extrativista Chico Mendes (Resex Chico Mendes), criada em 1990, possui um milhão de hectares que abrange áreas dos seguintes municípios: Rio Branco, Xapuri, Brasiléia, Assis Brasil e Sena Madureira. De acordo com o relatório sócioeconômico e cadastro da Resex Chico Mendes, a mesma possuía 1.444 colocações²³ e 1.838 famílias. Cada colocação possui, em média, três estradas de seringa, o que equivale a uma área em torno de 300 hectares. Segundo o levantamento, 88% dos seringueiros exploravam diretamente a colocação, e 12% utilizavam a mão-de-obra de meeiros, agregados ou mesmo familiares próximos (CNS, 1992, p.10).

Depois de 19 anos de sua criação, e de ter sido alardeada como a solução de todos os problemas dos camponeses extrativistas, a situação daqueles que vivem na RESEX Chico Mendes é de graves dificuldades, a maioria vivendo em condição de miséria, enfrentando os mesmos problemas de antes e, principalmente, o problema da terra não está resolvido. Sobre esse último ponto, a atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Dercy Teles Cunha, nos manifestou em entrevista que²⁴:

22 Fonte: Instituto SocioAmbiental (ISA). Disponível em http://www.socioambiental.org/uc/quadro_geral

23 Colocação é uma unidade social e produtiva onde o seringueiro e sua família vivem e desenvolvem suas atividades econômicas. Em média, cada colocação possui entre duas a três estradas de seringa, sendo que cada estrada tem uma área que varia entre 70 e 100 hectares. Na colocação, o seringueiro constrói sua moradia, coleta produtos florestais e alimentos, desenvolve agricultura e pecuária, possui casa de farinha e explora os produtos extrativistas como látex (borracha), castanha e madeira.

24 Dercy Teles Cunha foi presidente do STR de Xapuri, em 1981. Em 2006 foi eleita presidente do STR, e reeleita em 2009. Entrevista concedida no Pimenteira (Xapuri), em 14/12/2008.

A criação da RESEX não resolveu o problema da terra. Hoje os seringueiros estão sob a tutela dos órgãos do estado, como o IBAMA, que impõe regras que impedem a produção. Viver apenas do extrativismo não é possível. Durante estes dezoito anos não foi desenvolvida uma política que garantisse mercado para os produtos extrativistas. Hoje, viver exclusivamente do extrativismo é estar condenado a viver na miséria. A situação da maioria dos extrativistas é ter de colocar dez latas de castanha num burro e andar dois ou três dias para vender este produto. O mesmo com a borracha, e para esta a situação do mercado é muito pior. Dentro da RESEX falta caminho, ponte, o que dificulta e até impossibilita o escoamento da produção. A agricultura também é uma dificuldade, um agricultor me disse que “cansou de plantar milho para criar gorgulho”. É por estas dificuldades extremas que alguns foram criar gado, porque para o gado não falta mercado e ele chega até o mercado com as próprias pernas ou mesmo o comprador vai até lá buscar. Isto é o principal problema dos seringueiros, não ter como viver com dignidade. O acesso à saúde e à educação é inexistente, se nem na cidade se tem acesso, imagine no campo.

Para combater a criação de gado na reserva, em novembro de 2008 o IBAMA realizou na Resex Chico Mendes a operação denominada “Reserva Legal”. Esta ação foi desencadeada por denúncia junto ao Ministério Público de organizações dos trabalhadores²⁵ que resultou em dois inquéritos na Polícia Federal (IPL n. 030/2008 e IPL n. 043/2007), com o objetivo de investigar “a ocorrência de desmatamentos, ocupação irregular de terra e criação de bovinos na Reserva Extrativista Chico Mendes e a omissão e inércia do IBAMA no controle da Unidade”. Para resolver a questão, o IBAMA desencadeou a operação na reserva e o “Plano de Reorganização da Estrutura de Gestão, Ordenamento Territorial e Regularização Fundiária”. No período de 13 de dezembro de 2008 a 06 de janeiro de 2009, acompanhamos na cidade de Xapuri as consequências desta operação sobre a vida dos seringueiros e agricultores da Resex Chico Mendes.

Segundo informações do IBAMA, foram notificadas por irregularidade 37 seringueiros e agricultores da RESEX, e destes, vários receberam multas e responderão a processo por crime ambiental. Segundo o IBAMA, a ação visava regularizar a situação de pecuarização na reserva extrativista e a utilização ilegal de áreas por posseiros. De acordo com levantamento do IBAMA, cerca de 25% das famílias da reserva estavam em situação irregular, o que poderia acarretar na retirada de mais de 300 famílias da área²⁶.

Sobre a criação da Resex e da situação dos seringueiros, explica Dercy Teles Cunha:

A ideia que se tinha era que a Reserva Extrativista seria gerenciada pelo seringueiro. Toda essa mudança, essa burocratização, ela se deu ao longo da pelegagem, depois que os líderes do movimento deixaram de representar os interesses dos trabalhadores. Porque este Plano de Utilização da Resex acaba sendo um tiro no pé do seringueiro. Porque do jeito que este plano do IBAMA veta todas as atividades complementares, mas que na realidade são principais, porque o extrativismo está desvalorizado, e os produtos extrativistas que são citados como possibilidades, simplesmente não existem, porque não existe uma política de mercado que dê alguma garantia a estes produtos. Então os trabalhadores da Reserva estão sem alternativas de continuarem vivendo na Reserva, porque do extrativismo é

25 Estas organizações foram o STR de Brasília, a AMOPREAX e o Conselho Nacional dos seringueiros.

26 Na reunião do Conselho Gestor da Resex Chico Mendes, realizada em 30/10/2008, o IBAMA requeria neste conselho o pedido de áreas do INCRA para reassentamento das famílias que poderiam ser retiradas da Reserva.

impossível viver e as atividades complementares são inviabilizadas pelas normas estabelecidas pelos órgãos ambientais.

Os problemas enfrentados na RESEX estão estreitamente relacionados ao acesso a terra no Acre e na Amazônia, ao problema da desmobilização da luta dos trabalhadores rurais e da tutela e repressão dos órgãos ambientais sobre os que vivem em unidades de conservação, conforme nos esclarece a fala de Dercy Teles Cunha:

Eu acho que, na realidade, o problema da terra só mudou o cenário. Antes a luta pela terra estava entre os pequenos trabalhadores rurais e o grande latifúndio. Hoje o latifúndio deu espaço para as instituições governamentais, como é o caso do Ibama. Na verdade, o problema da terra não foi resolvido, e a minha avaliação é que os trabalhadores nadaram para morrer na praia. Eu lembro que no início da discussão sobre a RESEX Chico Mendes, ela tinha um caráter de ser um novo modelo de reforma agrária que contemplasse os seringueiros, a partir da colocação de seringa. Porque a colocação de seringa é um espaço amplo, que dentro dos padrões de reforma agrária tradicional, não teria como ser viabilizado. Como o seringueiro só sabe cortar seringa, trabalhar nesse espaço, denominado de colocação de seringa, que é a unidade de produção dele. Não teria como fazer uma reforma agrária para ele mudando o estilo de seringal.

A reserva extrativista teve a origem de sua discussão a partir desse pensamento. Só que ao longo desses anos, houve uma cooptação das lideranças e com a eleição de um partido, que deram o nome de partido dos "trabalhadores", isso vem mudando. Mudou drasticamente o comportamento dos líderes, que antes defendiam a posse da terra. Que defendiam que aqueles que sempre viveram na Zona Rural, permanecessem vivendo lá, com dignidade.

A Reserva, em 1990, foi decretada e regularizada como Reserva Extrativista. Aí foi um histerismo esse novo *slogan* que é a questão do verde e da defesa na natureza. Quando nós começamos essa discussão da Reserva extrativista ninguém tava preocupado com a questão da natureza, não. Com a preservação da natureza, não. A gente tava preocupado com a preservação da vida daquelas famílias que moravam dentro da Reserva, que a gente tinha que garantir o espaço deles porque é lá que eles sabem viver, que eles sabem construir o modelo de vida deles.

Agora, com a junção da defesa do ambientalismo, que foi inventada ao longo desse tempo por alguns intelectuais, criou-se uma situação que não vai ser diferente da do tempo do empate com o grande latifúndio. Porque hoje, ocorrem os mesmos problemas, que é manter a vida com um mínimo de dignidade dentro dessas comunidades, sem ter uma alternativa de geração de renda. Então, o seringueiro está sendo condenado a deixar a sua colocação. Condenado a migrar da sua colocação por falta de condições de sobrevivência. É uma coisa disfarçada. Uma política de expulsão de forma muito sutil, que se nós não tivermos muita esperteza nem conseguimos perceber. Porque o discurso em defesa na natureza, do meio ambiente está acima de qualquer ser humano.

Para mim, o problema da terra não foi resolvido, porque só seria resolvido se além de garantir a posse da terra garantisse também as condições para as pessoas continuarem sobrevivendo, com um mínimo de dignidade, que é o que eles sempre tiveram a partir do extrativismo, e isso está sendo tirado. Porque o extrativismo não está mais propiciando isso e outros meios de atividades não são permitidos, como a agricultura e a criação de animais dentro da Reserva. Então, as pessoas vão viver de quê? Fica uma interrogação no ar. Se não tem do que viver, então, a tendência é o êxodo rural, com certeza.

O discurso das ONGs e do Estado é que a gestão da Resex Chico Mendes garante aos seringueiros, além da terra, autonomia, participação e responsabilidade pelo uso da reserva conforme estabelece o Contrato de Uso estabelecido entre o IBAMA e as respectivas associações

dos trabalhadores. A gestão da reserva é exercida pelo Conselho Gestor da Reserva Extrativista Chico Mendes, que é composto por várias organizações: Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS, sindicatos, cooperativa, secretarias de governo, associações representativas dos moradores da reserva, universidade, ONGs. Nesse fórum são decididas todas as questões referentes à reserva.

Na reunião ordinária do Conselho Gestor, em 31/10/2008, dois acontecimentos demonstram medidas que representam os interesses de grandes empresas para a extração de recursos naturais da Reserva Extrativista Chico Mendes. A representante da Universidade Federal do Acre (UFAC) apresentou ao Conselho o projeto “Promoção e Uso Sustentável dos Recursos Naturais na Amazônia Sul Ocidental Brasileira”, financiado pelo Ministério de Assuntos Exteriores da Itália e executado pela Universidade Federal do Acre/Parque Zoobotânico, *Cooperazione e Sviluppo* (CESCI), além da parceria com várias organizações governamentais e ONGs brasileiras e peruanas. Segundo a representante da UFAc, o objetivo do projeto é contribuir para a gestão sustentável de pelo menos um por cento dos recursos naturais localizados na Bacia do Rio Acre²⁷, com duração de trinta e seis meses e financiamento de R\$ 714.000,00 (Ata do Conselho Gestor da Resex Chico Mendes, 2008).

Na mesma reunião o representante do WWF Brasil apresentou o “Plano de Manejo Comunitário de Óleo de Copaíba”, projeto desenvolvido pelo WWF, informando que 200 produtores da reserva já foram capacitados e que o projeto era importante para a geração de renda familiar e uso sustentável dos recursos naturais. A empresa de cosméticos NATURA S. A. também tem projetos na Resex Chico Mendes aprovados pelo Conselho Gestor, para utilizar semente de jatobá (*Hymenaea*) e sangue de dragão (*Cróton sp*)²⁸ (Ata do Conselho Gestor da Resex Chico Mendes, 2008).

Sobre a propaganda institucional de que a participação da sociedade civil nos conselhos deliberativos das áreas de preservação, garante à participação democrática, Mori (2004) questiona sobre a composição dos conselhos:

A pergunta que se põe frente a essa composição é: de que seus membros, tão heterogêneos na natureza, nos interesses, no poder econômico, no porte político, no preparo técnico, nas fontes financeiras de sustentação e na própria base geográfica de sua sede, poderão formar uma opinião conjunta válida a respeito de qualquer medida a ser tomada (...)? (MORI, 2004, p. 70).

Os seringueiros, que duramente lutaram pela terra no movimento dos empates e na luta dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, poderiam ter considerado que chegaram ao poder (como

27 As atividades desse projeto estão sendo desenvolvidas nos seringais Belo Horizonte, Macapá, São Francisco do Espalha, Humaitá e Boa Vista (no município de Rio Branco), nos seringais Floresta, Boa Vista e Nazaré (Xapuri) e nos seringais Pindamonhangaba e São Cristóvão (Brasiléia), abrangendo comunidades localizadas na Resex Chico Mendes (Ata do Conselho Gestor da Resex Chico Mendes, 2008).

28 ICMBIO - Resolução n. 13, de 31 de outubro de 2008.

comumente entende-se ocupar postos no aparelho governamental) devido a gama de acontecimentos que elevaram lideranças deste movimento a cargos no executivo, legislativo e no aparelho de Estado. Assim, o ex-presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros, Júlio Barbosa, foi eleito prefeito de Xapuri, pelo PT, no período de 1996 a 2004²⁹. Raimundo de Barros, apontado como sucessor de Chico Mendes, foi vereador em Xapuri, pelo PT, durante três mandatos consecutivos (1989-2004); e atualmente é vice-presidente da FETACRE, organização que também está cooptada pelo Estado por ter uma política de defesa dos interesses dos projetos do governo e não exercer seu papel de articulador da luta classista dos trabalhadores rurais no Acre.

O PT no Acre teve sua ascensão ligada ao movimento seringueiro, e chegou ao poder estadual numa frente de vários partidos que governa o Estado desde 1999. Desde a campanha eleitoral de 1990, o PT do Acre aciona a trajetória do movimento seringueiro como símbolo da identidade acreana, da acreanidade. Segundo Moraes (2008), esta construção identitária tem contribuído para o consenso em torno das políticas públicas de cunho ambientalista no Estado do Acre.

Marina Silva foi ministra do Meio Ambiente (2003-2007), indicada pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva durante visita a Washington, ocasião em que também indicou Henrique Meirelles para a presidência do Banco Central do Brasil. Durante a gestão da Marina Silva, foi aprovado a Lei de Gestão das Florestas Públicas, que significa o aumento do saque e da pilhagem, só que agora regulados pelo Estado, sobre os recursos da Amazônia. Sobre esse processo de ascensão de antigos militantes dos movimentos sociais locais ao aparelho do Estado, explica Osmarino Amâncio³⁰:

Nós achávamos que tínhamos chegado ao poder, era vereador, prefeito, governador, senadora e até presidente, tudo companheiro. Aí eu achei que a gente até podia ir para casa. Mas não podia, porque os problemas pioraram. A política da Marina Silva no Ministério do Meio Ambiente foi uma traição. Nenhum governo anterior aceitou o que ela fez. Primeiro foram os transgênicos, depois criou a Lei de Gestão das Florestas Públicas, que significa o entreguismo de 60 milhões de hectares da Amazônia. Ela ajudou a consolidar e entregar para a iniciativa privada, multinacionais e ONGs um processo de arrendamento destas terras por 40 anos, que podem ser renovados por mais 30 anos. Isto significa a mercantilização de toda a região. Agora foi legalizado a grilagem de terras, são mais de 60 milhões de hectares. Tudo projeto para monocultura de soja e cana para o etanol e o biodiesel, e também para pecuária.

29 No final da gestão de Júlio Barbosa, ocorreu um incêndio na sede da prefeitura de Xapuri, até hoje não esclarecido. Em 19/06/09, Júlio Barbosa foi condenado pela juíza da Vara Cível da Comarca de Xapuri, Zenair Ferreira Bueno, a ressarcir R\$ 28.340,86 aos cofres públicos. O ex-prefeito teve ainda os direitos políticos suspensos por cinco anos, bem como proibido de assinar contratos com o poder público, receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo também de cinco anos. A condenação do ex-prefeito se deu após ficar provado que o mesmo ordenou a realização de despesas não autorizadas em lei e por ter liberado verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes. Disponível em www.ac24horas.com. Acesso em 19/06/2009.

30 Osmarino Amâncio foi uma das mais importantes lideranças do movimento seringueiro e do Conselho Nacional dos Seringueiros. Continua na militância e na organização dos camponeses na luta pela terra. Entrevista concedida em Brasília, em 01/01/2009.

O discurso do Governo da Floresta é que os conflitos fundiários no Acre estão resolvidos com a criação das Reservas Extrativistas, Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Projetos de Assentamento Extrativistas (PAE) e Florestal (PAF). Esse discurso apresenta os problemas de terra como conflitos sócioambientais, propondo projetos desenvolvidos com ONGs e outras organizações em torno da criação de imensas áreas de reservas sem população, e que resultam na expulsão dos camponeses da terra em que vivem. A Tabela 3 mostra a concentração de terras no Acre, e o Quadro 1 destaca a presença do latifúndio na divisão de terras privadas e sob controle do Estado.

Tabela 3 - Acre: levantamento dos imóveis rurais no Acre (2007-2009)

Área (ha)	2007				2009			
	N. de imóveis		Área cadastrada		N. de imóveis		Área cadastrada	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
1 a 100	20.132	90,5	1.033.430	17,3	22.404	90,9	1.157.893	18,6
101 a 1.000	1.480	6,6	387.977	6,5	1.546	6,3	413.499	6,6
1.001 a 5.000	409	1,8	1.000.623	16,7	463	1,9	1.116.407	17,9
Acima de 5.000	218	0,9	3.261.729	54,6	218	0,9	3.533.190	56,7
Total	22.243		5.975.230		24.631		6.220.990	

Fonte: INCRA, Acre – SR.14 / AC (SNRC), 2007, 2009.

Quadro 1 - O latifúndio no Acre

	Área (ha)	Participação na área total do estado
Áreas privadas:	4.649.598	28,31
Área rural cadastrada acima de 1000 hectares	4.649.598	28,31
Áreas administradas pelo estado:	7.497.948	45,66
Unidades de conservação	5.107.836	31,10
Terras indígenas	2.390.112	14,55
Total de área de latifúndio	12.147.546	73,96
Área total do estado	16.422.136	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ACRE, 2006.

Esta concentração de terras no Acre é agravada pelos projetos ambientalistas do Estado, cuja propaganda enganosa visa convencer que a constituição de reservas extrativistas é a nova modalidade de reforma agrária na Amazônia. Entretanto, esse engodo começa a ser desvendado pelas novas lutas que têm sido desencadeadas pelos próprios sindicatos de trabalhadores rurais. A repressão do Estado sobre os camponeses tem aberto novas trincheiras de luta para os trabalhadores

da região.

Em 21 de Julho de 2009, o STR de Xapuri divulgou nota³¹ e entrou com ação no Ministério Público de Rio Branco contra o servidor do IBAMA, conhecido como Zé Carlos, que foi acusado de humilhar o seringueiro Raimundo Nonato Venâncio Flores na reserva extrativista Chico Mendes. Aqui reproduzimos a íntegra da nota:

Escrevo para denunciar o fiscal do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) conhecido como Zé Carlos. Ele abusou e humilhou o seringueiro Raimundo Nonato Venâncio Flores, conhecido por Caboquinho, que em dezembro próximo passado adoeceu e, por morar só, foi realizar tratamento de saúde em Porto Velho (RO), onde tem familiares, retornando em março deste ano. Ao chegar em Xapuri foi informado de que sua casa havia sido arrombada pelo fiscal, que deixou as portas abertas com todos pertences do seringueiro dentro.

Caboquinho conta que antes de ir pra colocação, foi chamado pelo fiscal pra dizer que não botasse mais os pés na colocação, alegando que o fato do mesmo ter se ausentado por três meses caracteriza abandono de posse e o local passará a ser a sede do ICMBio. O seringueiro argumentou que iria voltar por ser aquele seu local de trabalho e moradia desde 1992. Segundo Caboquinho, ao dizer isso Zé Carlos o ameaçou dizendo que se voltasse iria sair de lá preso e moído de pau pela Polícia Federal. Mesmo assim o seringueiro não se intimidou e foi pra sua colocação.

Ao chegar lá, encontrou as portas arrebentadas, dando por falta dos seguintes pertences: duas botijas de gás, quatro machados, dois terçados, dez rastelos, cinco trenas, quatro regadores, quatro enxadas, cinco boca-de-lobos, oito pratos, dez talheres e uma foice. Mesmo assim continuou trabalhando no local sem reclamar do ocorrido a ninguém.

Na semana próxima passada, o seringueiro foi surpreendido em seu local de trabalho pelo fiscal, que estava acompanhado de policiais militares, mandando que o seringueiro desocupasse a colocação. O seringueiro resistiu. Porém, Zé Carlos o ameaçou dizendo: "hoje tu não sai, mas eu vou voltar aqui com a Polícia Federal e vou te mostrar como você tem que desocupar. Você é um invasor, essa terra é da União". E ofendeu o seringueiro com palavras de baixo calão.

Realmente o fiscal cumpriu o que havia prometido. Nesta segunda-feira, 20 de julho, o seringueiro estava limpando o sítio em volta da casa em companhia dos senhores Evaristo Maciel da Silva e José Maria Evangelista, quando o dito fiscal chegou em companhia da Polícia Federal e expulsou o mesmo de sua colocação, acusando o de invasor.

Indefeso e humilhado, o seringueiro não teve outra alternativa a não ser obedecer. Vejamos a que ponto nós chegamos. Lembro dolorosamente esse filme na época da ditadura militar, quando os seringueiros eram expulsos de suas colocações sob ameaça dos pistoleiros, jagunços e polícia, todos a serviço dos fazendeiros.

Jamais imaginei que no atual governo pudéssemos reviver fatos como esse. Funcionários do governo federal, exercendo os mesmos métodos da ditadura: terrorismo, humilhação, criminalizando os trabalhadores. Será que não basta os mesmos estarem condenados a fome e extinção por estarem proibidos de fazerem seus roçados de subsistência? Lembro toda nossa luta em defesa da floresta, quando tínhamos a ilusão de que estávamos defendendo o que era nosso. Grande engano. A prova está aí: só porque o seringueiro se ausentou três meses de sua colocação por motivo de doença, perdeu o direito. Cadê o direito de posse que conquistamos? Não vale mais não? Quer dizer que se o trabalhador ficar doente é obrigado a morrer à mingua? Porque se sair perde o lugar.

Vale ressaltar que na colocação de Caboquinho foi realizada uma experiência de desenvolvimento sustentável, onde foram plantadas várias espécies que estão produzindo frutos e madeira, no caso do plantio de teca. Será que quem trabalhou e investiu não tem direito sequer a uma indenização?

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri repudia com veemência essa atitude do fiscal do ICMBio e solicita providência por parte de seus superiores no sentido de coibir os abusos, humilhações e constrangimentos causados pelo fiscal ao

31 Disponível em <http://altino.blogspot.com/2009/07/como-no-tempo-da-ditadura.html>, Acesso em 31/07/2009.

seringueiro.

Dercy Teles de Carvalho Cunha / Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri.

Conclusões

A política ambiental desenvolvida e aplicada para a Amazônia reflete o grau de submissão do Brasil aos interesses econômicos do imperialismo, no qual os mecanismos da democracia burguesa permitem a aparência de soberania nacional e horizontalidade nas relações internacionais. Nosso estudo procurou demonstrar, a partir da análise da atuação das grandes ONGs internacionais, a implantação e as consequências dessa política ambiental imperialista, principalmente estadunidense, na Amazônia brasileira, tendo como foco a situação dos camponeses seringueiros no estado do Acre.

Essa política tem sido alardeada e procura legitimação no problema ambiental, responsabilizando os países pobres e sua população camponesa pelo ‘aquecimento global’. Essa retórica não tem como objetivo analisar os reais problemas ambientais causados pelo padrão de utilização de recursos da economia capitalista. Em realidade, a política ambiental implementada tem como claro objetivo a expulsão das populações camponesas de vastas regiões que são transformadas em áreas de proteção ambiental. Como consequência, milhares de camponeses são expulsos das áreas onde vivem e produzem, e criminalizados pela polícia ambiental por suas práticas de caça, pesca e coleta de subsistência, e ainda impedidos de exercer suas atividades na agricultura. Tudo isso encoberto pelo véu do discurso da proteção do meio ambiente, que alçaram os seringueiros da Amazônia a categoria de “guardiões da floresta”.

Essa política ambiental do imperialismo tem acarretado na reconfiguração do espaço agrário da Amazônia. O Censo Agropecuário do IBGE (2009) aponta para uma diminuição na área dos imóveis rurais, ou seja, a área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros diminuiu em 23,7 milhões de hectares (-6,69%) em relação ao Censo Agropecuário de 1995. O IBGE aponta como possível causa a criação de novas unidades de conservação ambiental (crescimento de 19,9% de área) e a demarcação de terras indígenas (crescimento de 128,2% de área), o que totaliza mais de 60 milhões de hectares no período comparado. Estes dados revelam a criação de grandes áreas de unidades de conservação que poderão ser utilizadas estrategicamente pelos países imperialistas, especialmente os EUA, para a indústria da biotecnologia e a constituição de grandes áreas de reserva para seu uso futuro.

A atuação das ONGs na implantação dessas políticas tem um papel central, porque além de definirem a agenda das políticas ambientais, atuam com o aval do Estado e em regiões onde este possui pouca ou nenhuma presença. As atividades dessas ONGs podem ser vistas como uma abertura do terreno para a implementação de projetos ambientais, no convencimento das populações

camponesas locais, e também no suporte das atividades de saque, pilhagem e biopirataria.

O Brasil é um país dominado que não resolveu seu problema agrário, possuindo um dos piores indicadores mundiais de distribuição da terra, com o Índice de Gini para a concentração fundiária alcançado 0,872, em 2006, um aumento de 1,4% em relação a 1995/1996. Esse problema agrário tem levado milhões de camponeses a migrarem para os grandes centros, ao assassinato de ativistas que lutam pela terra, e ao atraso no desenvolvimento das forças produtivas no campo brasileiro.

A alardeada reforma agrária da Amazônia, propagandeada pela formação das Reservas Extrativista, em realidade se configura em uma modalidade de latifúndio estatal, de grandes extensões de terra como propriedade de um Estado que atende aos interesses econômicos de grandes grupos e do capital monopolista. Os camponeses da Amazônia buscam em movimentos combativos de luta pela terra a solução de seu principal problema, qual seja a hegemonia do latifúndio por cinco séculos. As grandes áreas de proteção ambiental são áreas de latifúndio carregadas de potencialidades para o avanço da produção de mercadorias com alto valor agregado, que servirá para atender aos interesses econômicos daqueles que secularmente tem espoliado a nação.

Referências

ACRE, Governo do Estado. (2006). **Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre**. Documento Síntese da Fase II. Rio Branco: SEMA.

ALBAGLI, Sarita. **A geopolítica da biodiversidade**. Brasília: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1998.

ANDERSON, Anthony B.; BRAY, David Barton. **Global Conservation Non-Governmental Organizations & Local Communities**. Perspectives on Programs and Project Implementation in Latin America. Miami: Latin American and Caribbean Center (LACC), Florida International University, 2005.

ARNT, Ricardo Azambuja (et al). Seria mais fácil ladrilhar? **In O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro: Relumme-Dumará; Curitiba: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais/Fundação Konrad Adenauer, 1994.

ATA da V Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Reserva Extrativista Chico Mendes, Xapuri, 2008.

CAMELY, Nazira Correia. **Los agentes del imperialismo en la Amazonia occidental**. *In Rebelión*, 06 de julho de 2003. Disponível em: <<http://www.rebellion.org>>.

CAMELY, Nazira Correia. A geopolítica do ambientalismo *ongueiro* na Amazônia brasileira: um estudo sobre o estado do Acre. **Tese de doutorado** (Programa de Pós Graduação em Geografia da UFF), Niterói, 2009.

CASTRO; LOCKER. Mapping Conservation Investments. An Assessment of Biodiversity Funding. In **Latin America and the Caribbean**. USAID/BM, s/l, 2000.

CHOUdry, Aziz. CI: privatizando la naturaleza y saqueando la biodiversidade. In **Revista Biodiversidad**, abril de 2004, nº 40. Disponível em: <<http://www.grain.org/publications>>.

CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS. **Relatório Sócio Econômico e Cadastro da Reserva Extrativista Chico Mendes**. Rio Branco: CNS, 1992.

DIEGUES, Antonio Carlos. (Org.) **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais da conservação**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras-NUPAUB/USP, 2008.

IMAZON. Relatório de Atividades de 2007. Belém: Imazon, 2007. Disponível em: <<http://www.imazon.org.br/especiais/especiais.asp?Id=513>>.

INCRA. Cadastro de Imóveis Rurais. Rio Branco, SR.14 / AC (SNRC), 2007.

INCRA. Cadastro de Imóveis Rurais. Rio Branco, SR.14 / AC (SNRC), 2009.

LENIN, V. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2000.

MARTÍN MARTÍN, Víctor O. **El papel del campesinato en la transformación del mundo actual**. Valencia: Baladre, 2007.

MORAIS, Maria de Jesus. “Acreanidade”: invenção e reinvenção da identidade acreana. **Tese de doutorado**. UFF, 2008.

MORI, Klára Kaiser. A ideologia na constituição do espaço brasileiro. In DÉAK, C.; SCHIFFER, S. R. (Ogs.). **O processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2004.

PIQUERAS, Andrés. **Del movimiento obrero a las ONGs? El fin de una utopía coletiva?, en Utopias**. In **Nuestra Bandera**, nº 186, Madrid, 2000.

PIQUERAS, Andrés. Oenegeismo y política. Paradojas de una sociedad muy poco civil. In **Revista Témpora**, nº 4, Madrid, 2001.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

USAID, Biodiversity conservation a guide for Usaid staff and partners, 2005. Disponível em: <http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNADE258.pdf>.

USAID. USAID’S Global Conservation Program Working Together to Protect the World’s Biological Wealth for Future Generations. Disponível em: <http://www.usaid.gov/our_work/environment/biodiversity/pubs/gcp_brochure.pdf>. WEISS, Zezé. **Vozes da floresta**. Xapuri: Formosa, 2008.